



## Regina Bastos promove Audição

**Regina Bastos** promoveu uma Audição Pública sobre a **Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Privada** onde defendeu medidas inovadoras pela igualdade.

[desenvolvimento na pág. 3](#)



## Mais com menos ?

Nos últimos anos, a União Europeia tem assumido importantes desafios.

Em **2000 definiu-se a Estratégia de Lisboa** com o objectivo de se tornar, até 2010, *“na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social”*.

Em **2004 acolherá mais 10 novos países**, o que significa mais cidadãos mas também mais assimetrias e mais problemas.

Neste mês de Fevereiro a Comissão deverá apresentar a sua proposta de Perspectivas Financeiras.

Quando alguns sustentam que o actual limite de 1,24% do Produto é insuficiente para manter as actuais políticas comunitárias a 25, **seis Estados-Membros propõem baixar o Orçamento da UE** para 1% do Produto.

Não parece razoável que a novas prioridades e a **novos objectivos correspondam menos fundos**. É inaceitável, sobretudo no quadro do alargamento, querer **sufocar as políticas de coesão**.

Assim, não será possível termos, como desejamos, mais Europa. **Não é possível, com efeito, fazer mais com menos meios e recursos**.

Carlos Coelho

## Agências europeias

PE aprova **Relatório Almeida Garret** sobre o enquadramento das agências europeias de regulamentação

[desenvolvimento na pág. 5](#)

## Uma Via Verde europeia ?

**Sérgio Marques** apoia Directiva sobre interoperabilidade de teleportagens na União Europeia

[desenvolvimento na pág. 6](#)

## Imigração, Integração e Emprego

**Carlos Coelho** defende abordagem comum

[desenvolvimento na pág. 7](#)



Carlos Coelho defende reforço da acção penal,

## no combate à poluição marítima

**Carlos Coelho** defendeu no Parlamento Europeu "urgência na adopção de regulamentação em matéria de **protecção do ambiente, através do Direito Penal**", na sequência de diversas catástrofes ambientais, como o naufrágio do "**Prestige**", ao largo da costa da Galiza.

**Carlos Coelho** entende que "deverão ser **tomadas as medidas necessárias relativas à poluição por navios**, de modo a evitar que este tipo de catástrofes se repita e que a proposta de Directiva relativa à protecção do ambiente através do Direito Penal deverá ser adoptada o mais rapidamente possível, prevendo a harmonização das sanções penais e outras sanções dissuasoras para comportamentos graves de poluição por

*incumprimento de normas comunitárias*".

Para Carlos Coelho, "a Decisão-quadro agora em discussão destina-se a **reforçar esse quadro penal**, com medidas destinadas a aproximar as disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros respeitantes ao crime de poluição por navios.

Para além de dispor em matéria de competência



jurisdicional (prevenindo conflitos de competência) e de promoção da cooperação entre os Estados Membros (estabelecendo pontos de contacto para o intercâmbio de informações)".

O Deputado social democrata considera "essencial que se **ponha**

**cobro à diversidade dos níveis de sanções actuais, que acaba por criar distorções** em termos das potenciais consequências, nomeadamente financeiras, de um incidente de poluição em função do lugar onde ocorre, por essa poluição poder afectar vários Estados Membros da União".

## Joaquim Piscarreta

## apoia controlo da pesca

**Joaquim Piscarreta** defendeu, durante o debate de um Relatório do Parlamento Europeu sobre o controlo da pesca de espécies grandes migradoras que, "a **pesca ilícita, não regulamentada e não declarada não significa mais que uma prática destrutiva, um modo piscatório prejudicial à conservação e gestão sustentável dos recursos haliéuticos**.

A **pesca do atum, afirmou o Deputado, é uma das mais prejudicadas por estas práticas ilegais**. Acresce que os navios

*comunitários são das principais frotas a explorar estas unidades populacionais. Neste contexto, a UE tem desempenhado um papel de liderança no sentido de combater este tipo de pescas, nomeadamente através de **luta contra os pavilhões de conveniência**.*

Mas visivelmente essas medidas não foram suficientes".

Referindo que "em Portugal, especialmente na costa algarvia, conhecemos bem a pesca ilícita e não declarada", Joaquim Piscar-

reta disse não repetir acusações que já proferiu perante o Parlamento Europeu, mas quer apoiar este relatório que "ao mesmo tempo que permite uma preservação dos recursos haliéuticos, contribui também para uma certa pacificação nos mares. Este Relatório, sublinhou o Deputado, merece a minha consideração por exortar os Estados-Membros a esforçarem-se por impedir os seus nacionais de participarem em actividades de pescas ilícitas e se aplicado, poderá efectivamente resolver problemas



de que todos nós temos conhecimento, apesar de se verificar uma certa dificuldade em combatê-los".

Promover o crescimento económico e demográfico:

## Conciliar trabalho e família

Regina Bastos defendeu que "**a promoção da igualdade entre homens e mulheres é 'uma missão primordial da Comunidade'** que implica a necessidade de compensar a desvantagem das mulheres no que se refere às condições de acesso e participação no mercado de trabalho e a desvantagem dos homens no que se refere às condições de participação na vida familiar".

Regina Bastos começou por expressar a sua satisfação pela realização desta audição sobre "**um tema de grande actualidade e importância tendo em conta que 2004 foi proclamado o Ano Internacional da Família**".

A Deputada social democrata defendeu que "**a vida profissional, a vida familiar e a vida privada são 3 faces das nossas vidas, mas são também 3 vidas complementares.**

Nos anos 90, acrescentou, houve um grande impulso e muita legislação comunitária foi implementada no domínio da igualdade de oportunidades entre os géneros. Mas as políticas dos Estados-Membros carecem de coerência.

Neste contexto duas questões devem ser tidas em conta:

- **O desafio demográfico**  
Por um lado, o envelhecimento da população exige maior entrada de recursos humanos no mercado de trabalho. E esse acesso deve ser igualitário. Por outro lado, a necessidade de políticas familiares que

favoreçam o crescimento demográfico.

- **O desafio do crescimento económico**

que não pode dispensar medidas incentivadoras do trabalho das mulheres. A coerência das políticas passa justamente pelo equilíbrio entre estas duas questões. Se não existir na prática, haverá uma interação negativa entre as duas, e a conciliação entre vida privada e vida profissional ficará irremediavelmente em perigo!"

Para Regina Bastos, o ponto essencial desta questão, é que "**as mulheres devem sempre ter a possibilidade de ESCOLHER se**



inactiva - nem empregada, nem desempregada - devido às suas responsabilidades familiares e porque não consegue conciliar a sua vida profissional e familiar", Regina Bastos defendeu que "**impossibilitar ou dificultar a entrada das mulheres no mercado de**

trabalham.

- e só 1,8% das mulheres na Suécia não trabalham! Em contraste com a Itália, por exemplo, que atinge os 30% !!"

Regina Bastos defendeu ainda que "**a igualdade de oportunidades seja integrada em todas as políticas europeias assim como nas relações externas.**

As políticas de igualdade de oportunidades são uma 'competência complementar'. Sendo que os Estados-Membros conservam a possibilidade de agir por si mesmos. Os progressos alcançados até aqui são ainda modestos. Temos que ser mais ambiciosos. Temos que ir mais longe", disse.

### Directiva-Quadro

Enquanto relatora, Regina Bastos afirmou ser sua intenção "**convidar a Comissão Europeia a desenvolver os mecanismos necessários para a elaboração de uma Directiva-Quadro sobre a Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Privada**".



querem trabalhar quando têm filhos ou se querem ficar em casa. Para isso, devem existir medidas que permitam às mulheres poder fazer a sua **OPÇÃO** sem que isso signifique prejuízo das suas carreiras ou das suas vidas familiares e privadas. Esta diversidade de situações deve ser salientada e tida em conta".

Salientando que "**na UE uma em cada 6 mulheres entre os 25 e os 54 anos é**

trabalho é um factor de diminuição da produtividade europeia.

**As diferenças entre os Estados-membros do Norte e do Sul da Europa, são eloquentes.** Temos que concentrar-nos nas boas práticas dos nossos parceiros da Dinamarca, Suécia e Finlândia que dispõem de mais elevada taxa de emprego feminina - 72,6% das mulheres entre os 15 e 64 anos

# Pesca e Indústria do Atum

**Joaquim Piscarreta** afirmou que "o atum tornou-se num recurso pesqueiro de alto impacto comercial e socio-económico, ao ponto de registar recentemente fortes índices de crescimento. Falando em números, o atum representa mais de 60% da produção de conservas de peixe da UE, gerando cerca de 40.000 empregos directos. Liderada pela Espanha, a Itália, a França e Portugal, a frota atuneira europeia é a mais significativa ao nível mundial, responsável por mais de 20% das capturas totais. Trata-se de uma actividade industrial com tradições históricas".

Na sua intervenção no Plenário do Parlamento Europeu, Joaquim Piscarreta defendeu que este debate do PE "não tem por ambição senão exigir um balanço preciso e exaustivo da situação actual e delinear as perspectivas de futuro deste sector das pescas".

Joaquim Piscarreta sublinhou "dois problemas essenciais no sector da pesca do atum: a perda de competitividade da frota e da indústria comunitária frente às importações de países terceiros e a preservação e gestão sustentada dos recursos, referindo que a existência destas particularidades é recorrente e generalizada a quase todo o tipo de pescas, não sendo um exclusivo do atum".

Defendendo que a "UE manifeste um inequívoco apoio à sua indústria" Joaquim Piscarreta apoiou "a



elaboração de um Plano de Acção específico, assim como um Quadro de apoio estrutural ao sector do atum. Com este instrumento, acrescentou, a UE deverá exigir dos produtos oriundos de países terceiros os mesmos padrões sanitários, de qualidade e de segurança alimentar, exigidos aos produtos comunitários. No mesmo sentido, o Deputado social democrata defendeu mais uma vez, a intensificação das inspecções aos produtos em prol de um total cumprimento das normas de conservação".

Relativamente à preservação e gestão dos recursos haliêuticos, Joaquim Piscarreta sublinhou que "o atum apresenta a característica de ser uma espécie migratória, especialmente vulnerável à pesca ilegal em águas internacionais. Por isso, neste caso mais do que nunca, a UE deverá impedir a transferência de navios comunitários para países com pavilhão de conveniência. Da mesma forma, deverão ser melhor adaptadas as capacidades da frota pesqueira aos recursos disponíveis".

OPSD  
Disse

## Regina Bastos: "criar emprego nos serviços"

**Regina Bastos** defendeu que o sector dos serviços "é um motor para a criação de emprego e como tal, tem de receber a devida atenção" e que é necessário "formular políticas concretas, a nível comunitário", destinadas a este sector.

Num debate sobre o desenvolvimento do sector dos serviços para a criação de postos de trabalho, Regina Bastos sublinhou que "a situação dos vários Estados-membros no que diz respeito a este sector económico é muito diferente. Portugal, por exemplo, dispõe de altas potencialidades de criação de emprego no sector dos serviços, nomeadamente: serviços intensivos em conhecimento a fornecer às empresas e outras instituições; serviços de apoio à família; e no turismo e actividades associadas.

Tendo em conta o papel decisivo do sector dos serviços na melhoria da competitividade da economia, assim como na criação de mais e melhores empregos, foi dada uma atenção especial neste domínio no Plano Nacional de Emprego Português para 2003-2006.

Apesar disso, a taxa de emprego no sector dos serviços é, em Portugal e na Grécia, a mais baixa da União Europeia (58% em 2000)".

Regina Bastos defendeu, neste quadro, que é "necessário um impulso ao nível comunitário" e entende que a Comissão Europeia deve elaborar "um Livro Branco sobre a realização de um mercado europeu de serviços eficazes".

A Deputada social democrata salientou o papel dos Estados-membros nesta matéria. "São eles que devem desenvolver, em colaboração com os parceiros sociais, um enquadramento eficaz e claro para o sector dos serviços".



Aprovado Relatório Almeida Garrett sobre

## Agências Europeias

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório da Deputada **Teresa Almeida Garrett** sobre a comunicação da Comissão relativa ao enquadramento das Agências Europeias de Regulamentação onde, no seguimento do Livro Branco sobre a Governança, a Comissão apresenta as **condições de criação de novas agências**, o quadro normativo em que estas deverão desenvolver as suas actividades e onde se definem as especiais responsabilidades que cabem à Comissão na supervisão das respectivas agências.

Na sua intervenção no debate, a Deputada Teresa Almeida Garrett congratulou-se "pela iniciativa e também pelos critérios

*autonomia que não ponha em causa a unidade e a integridade da função executiva nem diminua a responsabilidade política da Comissão perante o Parlamento e o Conselho".*

Para Teresa Almeida Garrett, "as preocupações principais do Parlamento serão sempre a de garantir a unidade e a integridade da função executiva a nível europeu e a correspectiva responsabilidade política da Comissão.

Mas, acrescentou a Deputada Teresa Almeida Garrett, como tudo na vida há sempre um mas. O relatório **lamenta**, no entanto, **que a Comissão tenha restringido o âmbito da sua comunicação às chamadas agências de**



quando todos estaremos de acordo na necessidade de fazer uma avaliação aprofundada do desempenho das actuais agências, da premência de propor alguma reformulação das suas missões e competências, de actualizar a estrutura e a composição dos seus órgãos. Estas são preocupações que o Parlamento tem vindo a manifestar à Comissão através das comissões parlamentares mais directamente envolvidas no controlo do funcionamento das agências".

Teresa Almeida Garrett lamentou ainda que "não tenha havido uma **reflexão sobre as consequências que trarão as profundas alterações propostas no projecto de Constituição Europeia**, nomeadamente o fim da estrutura dos pilares, a introdução de uma hierarquia das normas e a explicitação do controlo jurisdicional sobre os actos das agências. Importará conhecê-las para delinear, de modo mais completo, coerente e arrojado, o futuro ambiente normativo das agências".

**recurso parcimonioso à criação de novas agências**



O Conselho Europeu atribuiu a Lisboa a sede da Agência Europeia de Segurança Marítima

gerais aí contemplados", sublinhando o reconhecimento da necessidade de se fazer um "**recurso criterioso e parcimonioso à criação de novas agências**. Elas só se justificarão em domínios de grande especialização científica ou técnica, em que haja uma delimitação precisa das tarefas a executar, num quadro de responsabilidade e de

**regulamentação** a criar, no futuro, dentro do quadro institucional do Tratado CE. Lamenta-se que se tenha omitido qualquer referência às agências existentes,

### BREVES

Carlos Coelho reclama maior controlo das

#### **Drogas sintéticas**

Carlos Coelho defendeu que "se **actue de uma forma mais rápida e eficaz contra as novas drogas sintéticas**".

Para Carlos Coelho, "existe um problema de **aumento crescente** da produção e comércio de drogas sintéticas e é necessário que se criem, urgentemente, **formas de controlo rigorosas e efectivas**".

Carlos Coelho sublinha que nesta proposta, "o âmbito de aplicação é alargado a todas as **novas drogas sintéticas e novos estupefacientes**, incluindo as drogas susceptíveis de serem definidas como medicamentos.

Esperamos, acrescentou o Deputado social democrata, que a Acção Comum não se limite a funcionar apenas como mecanismo de resposta rápida, mas que sirva também, no futuro, para um acompanhamento a longo prazo de uma substância sintética através de um **intercâmbio constante de informações entre os Estados Membros e a Europol e o Observatório Europeu das Drogas e Toxicodpendência**".

PE discute teleportagens...

## Uma Via Verde europeia ?

**Sérgio Marques** apoia Directiva sobre interoperabilidade de teleportagens na União Europeia



**Sérgio Marques** apoiou uma proposta de Directiva da Comissão Europeia sobre a **generalização e interoperabilidade de teleportagem rodoviária na União Europeia**, considerando que *"a proposta da Comissão deverá contribuir para um melhor funcionamento do mercado interno. Assim, e do ponto de vista dos utilizadores, a Directiva poderá **facilitar a cobrança de taxas nos diferentes Estados Membros**, eliminando os tempos de espera e aumentando consequentemente as capacidades de utilização das infra-estruturas.*

*O sistema actual, afirmou Sérgio Marques, nomeadamente no que concerne aos transportadores internacionais de mercadorias que se vêm obrigados a adquirir diferentes aparelhos, cada um com o seu contrato e a colocá-los nos respectivos veículos, já não faz qualquer sentido".*

Sérgio Marques, no entanto, sublinhou "a necessidade de deixar bem

*claro que a Directiva não afecta a liberdade dos Estados Membros na determinação do regime de tarifação das infra-estruturas rodoviárias. A Directiva abrange apenas o sistema*

*Por último, Sérgio Marques sublinhou que "a Directiva não deverá descurar elementos essenciais dos quais depende o seu sucesso, a saber: desenvolvimento de acções de*

**... facilitar a cobrança de taxas, eliminando os tempos de espera ...**

*de cobrança, deixando de fora a política tarifária".*

Por outro lado, e no que se refere ao calendário para a interoperabilidade, Sérgio Marques defendeu que "o mesmo deverá começar em 1 de Janeiro de 2007, garantindo-se com esta data o tempo suficiente e necessário para que a indústria e os gestores das infra-estruturas definam e instalem o equipamento adequado às normas".

*sensibilização dos utentes para as mudanças tecnológicas; implementação de processos legais para a **fiscalização e controlo de fraudes**; análise dos tipos de compensação para investimentos feitos ou em vias de realização pelos operadores, em processos tecnológicos, financeiros ou comerciais paralelos, cuja viabilidade fica em risco com a necessidade de transição para o novo sistema".*



### BREVES

Regina Bastos:

**mulheres são vítimas da pobreza**

**Regina Bastos** defendeu que *"as medidas específicas destinadas a apoiar a igualdade entre homens e mulheres, a autonomia das mulheres e o seu papel nos domínios económico, social e ambiental, no âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia constituem contributos significativos para além de ser um imperativo de justiça. Isto porque, acrescentou, são as mulheres as maiores vítimas do flagelo da pobreza".*

Regina Bastos, sublinhou *"os progressos alcançados, graças à adopção de uma estratégia global de integração da perspectiva do género na cooperação para o desenvolvimento"*, mas considerou que *"ainda há muito para fazer."*

*Há aspectos que são fundamentais para a igualdade entre os géneros e a autonomia da mulher e é a esses que se deve dar uma atenção especial, com destaque para as áreas como a saúde, a educação, a formação, o acesso às actividades económicas e sociais, mas também o acesso ao emprego e às infra-estruturas, e a participação nos processos de decisão".*

Política de Imigração, Integração e Emprego:

## Abordagem comum é positiva

**Carlos Coelho** considerou "muito positiva" a comunicação da Comissão Europeia sobre imigração, integração e emprego por, pela primeira vez serem "abordadas de uma forma equilibrada 3 questões fundamentais e que se encontram interligadas".

Carlos Coelho salientou que "desde sempre e cada vez um maior número de pessoas procura melhores oportunidades ou protecção através da migração: para escapar à guerra, perseguição, pobreza, desemprego ou violações de Direitos Humanos.

Temos assistido, porém, a um **aumento de movimentos migratórios ilegais**, geralmente geridos por redes criminosas que induzem em erro os potenciais migrantes que acabam por se ver obrigados a trabalhar em condições totalmente contrárias ao prometido, incluindo, por vezes, **abusos físicos e/ou psicológicos** e violações dos seus direitos humanos".

### A gestão dos fluxos migratórios

O Deputado social democrata defendeu que

"deverá existir uma **política comum de imigração**, com condições e regras comuns para a entrada e residência de trabalhadores migrantes, que deverá ter sempre em conta as necessidades reais do mercado de trabalho e da própria economia em cada um dos Estados Membros.

### A tendência existente é a de envelhecimento da população em idade activa

Vários estudos internacionais indicam que a população em idade activa da UE-25 deva diminuir de 303 para 297 milhões em 2020, e para 280 milhões em 2030, sendo que esta diminuição do volume total do emprego trará, indubitavelmente, consequências negativas para o crescimento económico.

**Deve caber a cada Estado Membro**, acrescentou Carlos Coelho, **avaliar e decidir se precisa ou não de aumentar a sua força de trabalho**, em que quantidade, em que sector, tendo em conta as suas necessidades reais, bem como a sua capacidade de acolhimento e integração desses imigrantes.



Deve existir uma **luta contra os fluxos migratórios clandestinos**, oferecendo aos migrantes económicos a possibilidade de utilizarem canais legais claramente definidos e transparentes".

### A melhoria da integração dos migrantes na UE

Para Carlos Coelho, deverá ainda existir "uma abordagem comum que assegure a **integração** nas nossas sociedades dos **nacionais de países terceiros**, sendo-lhe assegurados direitos e obrigações comparáveis aos dos cidadãos da UE, promovendo a não discriminação a nível económico, social e cultural".

### Cooperação com os países de origem

Carlos Coelho defendeu ainda "uma assistência aos países terceiros, de modo a reforçar a sua capacidade de gestão das migrações. Implicando, igualmente, a negociação de acordos de readmissão. Deverá existir uma política comum em **matéria de regresso** das pessoas em situação ilegal".

## BREVES

Regina Bastos defende melhor

### gestão dos fluxos migratórios

Para **Regina Bastos**, "é urgente conferir maior importância à Imigração, Integração e Emprego. Por três razões principais: o **aumento significativo do fluxo de imigrantes** para a Europa, nos últimos anos; a necessidade de manter os níveis de desenvolvimento económico da Europa devido ao **défice demográfico crescente** e à diminuição da mão-de-obra; e o **alargamento da UE** e as alterações das dinâmicas das migrações daí decorrentes".

Regina Bastos citou um estudo da ONU, segundo o qual "a Itália precisará de 6.500 imigrantes por ano por cada milhão de habitantes".

Regina Bastos salientou que "**Portugal acolhe 400.000 imigrantes legais** que representam 8% da população activa, o que torna o país um exemplo europeu de bom acolhimento e integração dos imigrantes. Os imigrantes são, assim, um recurso para o mercado de trabalho. Mas os seus direitos são indissociáveis dos **direitos fundamentais da pessoa humana**.

Daí que, os Estados-Membros enfrentem um desafio comum : o de melhorar a gestão dos fluxos migratórios".



# Olhar para a imigração clandestina

Para **Carlos Coelho** "a União Europeia tem vindo a ser confrontada com o problema crescente da imigração clandestina sendo fundamental que se desenvolva uma abordagem integrada e global destinada a prevenir e erradicá-la, e combater as causas que estão na base deste fenómeno, defendendo:

- a **existência de vias legais de emigração**, que permitam aos cidadãos de países terceiros entrarem no território da União, tendo em conta a capacidade de acolhimento de cada Estado Membro;
- a **integração dos imigrantes em situação regular** que residem e que trabalhem na UE, com uma política comum de integração social;
- uma **gestão conjunta dos fluxos migratórios**, nomeadamente a política em matéria de vistos;
- a **melhoria dos controlos nas fronteiras externas**;
- um **sistema europeu de asilo**;
- a **negociação de acordos de readmissão** com uma política comum em matéria de regresso das pessoas em situação ilegal;
- a **luta contra o tráfico de seres humanos**, com a responsabilização das pessoas que dele obtêm lucros e um apoio às respectivas vítimas, sendo de salientar a importância de um apoio operacional crescente da Europol ;
- a **luta contra a imigração clandestina**, implicando a nível preventivo a realização de campanhas de informação sobre as consequências de imigração ilegal".



## Sérgio Marques em defesa dos consumidores

**Sérgio Marques** considerou que a proposta de regulamento sobre detergentes, debatida no Parlamento Europeu, "*representa um progresso para os produtores e consumidores de detergentes. Na verdade, estamos em vias de conseguir uma muito positiva modernização do quadro legislativo relativo ao controle da biodegradabilidade dos detergentes que datava já do início dos anos 70*".

Sérgio Marques manifestou insatisfação relativamente a dois pontos que reputou de particularmente "*importantes e sensíveis*:"

O primeiro prende-se com a necessidade de **harmonização das regras de etiquetagem adicional**, nomeadamente no que se refere à proibição de imagens susceptíveis de aumentar o risco de ingestão de detergentes.

O segundo, com a imposição de métodos de ensaio nacionais não harmonizados sem qualquer previsão da respectiva publicação como parte integrante do regulamento. Em qualquer destes aspectos, estamos muito aquém das melhores soluções".

## Os Nossos Deputados

**José Pacheco Pereira**

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

**Vasco Graça Moura**

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraca@europarl.eu.int

**Teresa Almeida Garret**

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

**Sérgio Marques**

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

**Carlos Coelho**

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

**Regina Bastos**

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

**Joaquim Piscarreta**

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int

**João Gouveia**

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: JGouveia@europarl.eu.int

**Raquel Cardoso**

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: RCardoso@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: José Luís Fernandes

Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa